

JORNALISMO PÚBLICO E EDUCAÇÃO PARA OS MEDIA:

sugestões baseadas num projeto de pesquisa sobre Imprensa Regional Portuguesa

Copyright © 2011
SBPJor / Sociedade
Brasileira de Pesquisa
em Jornalismo

JOÃO CARLOS FERREIRA CORREIA

Universidade da Beira Interior

JOSÉ RICARDO PINTO CARVALHEIRO

Universidade da Beira Interior

JOÃO MANUEL MESSIAS CANAVILHAS

Universidade da Beira Interior

RICARDO JOSÉ PINHEIRO MORAIS

Universidade da Beira Interior

JOÃO CARLOS SOUSA

Universidade da Beira Interior

RESUMO O quadro geral do artigo é a relação entre a imprensa regional, os cidadãos ea política democrática. Nessa discussão, vamos tentar refletir sobre os limites e possibilidades do jornalismo público, utilizando os conceitos de esfera pública, sociedade civil e mundo da vida, que parecem ser úteis ferramentas teóricas para superar a falta de consistência teórica do jornalismo cívico. Na segunda parte do artigo, apresentamos alguns resultados do projeto "Agenda dos Cidadãos" desenvolvido por uma rede de pesquisa liderada pela Universidade da Beira Interior focando jornais regionais espalhados por todo o território português. Esta pesquisa centra-se na identificação de práticas de enquadramento e rotinas noticiosas. Além disso, defendemos o aprofundamento desta rede de pesquisa com a busca de novos métodos para aumentar a presença de cidadãos comuns no jornalismo, a qual será melhorada com a criação do observatório de *media* dirigido à imprensa regional.

Palavras-chave: Jornalismo regional. Cidadania. Espaço público. Literacia mediática.

INTRODUÇÃO

Portugal é caracterizado por uma acentuada macrocefalia em que a maioria da população está concentrada em torno das grandes cidades ao longo da costa, em detrimento das cidades periféricas do interior. A identidade das pequenas e médias cidades em Portugal implica a necessidade de mecanismos de produção simbólica que incluem o fortalecimento do sentimento de pertença a essas comunidades urbanas.

Este artigo procura analisar a relação entre a imprensa regional, os

cidadãos e a política democrática, tentando entender a natureza dos jornais existentes nas esferas públicas locais e identificar o seu potencial efetivo para uma democracia mais participada.

A fim de realizar este objetivo, encetamos um esboço de uma dupla abordagem teórica: primeiro, sobre a teoria da democracia deliberativa, e segundo, sobre o movimento do jornalismo público e seus objetivos. Defendemos que a viabilidade a longo prazo de uma imprensa regional mais comprometida com a participação cívica implica a necessidade de novas práticas e perspectivas no que respeita aos procedimentos narrativos e às rotinas de recolha de informações refletindo a mudança da atitude epistêmica dos jornalistas face à realidade social.

Nessa discussão, refletiremos sobre os limites e possibilidades do jornalismo público, utilizando os conceitos de esfera pública, sociedade civil e mundo da vida, os quais parecem ser ferramentas úteis para superar a falta de consistência teórica do jornalismo cívico.

Na segunda parte do artigo, apresentamos alguns resultados da investigação em curso no projeto “Agenda dos Cidadãos” discutindo-os numa tentativa de entender quais as tendências e características que a imprensa local tem hoje em termos de sua articulação com a política, os cidadãos e os modelos de democracia. O projeto foi desenvolvido por uma rede de pesquisa liderada pela Universidade da Beira Interior com a colaboração de várias Universidades, da Associação Portuguesa de Imprensa e de dois grandes grupos privados de *media* tendo-se observado nove jornais regionais espalhados por todo o território Português. Esta pesquisa centra-se na identificação de práticas e rotinas noticiosas e de enquadramento, e na presença ou ausência de potencial, características e sensibilidades que possam ser canalizadas para um aprofundamento da sua dimensão cívica. Além disso, argumenta-se que a criação de um observatório de *media* direcionado para o estudo da imprensa regional em Portugal pode desempenhar um papel chave na análise do desempenho dos meios de comunicação, promovendo o diálogo entre leitores, pesquisadores e profissionais, gerando atitudes ativas de recepção e ajudando a mudar algumas rotinas de produção noticiosa.

1 A realidade do jornalismo público

A relação entre o cidadão, o Estado e a esfera pública integra considerações teóricas básicas que podem ser rastreadas até ao dealbar da imprensa. Autores como Dahlberg (2001), Christians, Glasser, McQuail, Nordenstreng e White

(2010) estabeleceram correspondência entre o potencial dos meios de comunicação e os modelos distintos de democracia. O jornalismo cívico ou público apareceu por volta de 1990, a partir da preocupação compartilhada por acadêmicos e jornalistas pela falta de interesse do público na informação política mediada pelo jornalismo e pelas baixas taxas de participação dos cidadãos nos processos democráticos. De acordo com Schudson (1998, p. 118), foi o movimento mais bem organizado na história da imprensa norte-americana. O seu principal objetivo era relacionar, de modo mais estreito, os meios de comunicação com os seus leitores e estes com a vida pública (HAAS, 2007). A conceituação de “jornalismo público” na literatura não tem sido consistente, porque o movimento foi principalmente definido pela sua prática e não por formulações teóricas (ver FRIEDLAND, 2002).

O sucesso do movimento foi devido, principalmente à cooperação de organizações que patrocinaram experiências cívicas, estabelecendo diretrizes operacionais e preparando seminários, entre outras atividades que contribuíram para sua consolidação. As sugestões do jornalismo público não aparecem associadas a uma teoria desenvolvida logicamente e historicamente dotada de consistência interna (HAAS, 2007, p. 68).

O jornalismo público é visto pelos seus defensores como uma força motriz para as práticas democráticas. Entre as suas principais características encontram-se: a) a necessidade de ouvir sistematicamente as histórias e ideias dos cidadãos; b) a importância de examinar formas alternativas de se aproximar dessas histórias a partir de pontos de vista considerados importantes pela comunidade; c) a escolha de abordagens em que a apresentação das questões oferece maior oportunidade para estimular a deliberação dos cidadãos; d) proporcionar a informação de modo a aumentar o conhecimento público sobre as possíveis soluções e os valores envolvidos nas opções alternativas; e e) atenção sistemática à qualidade da comunicação no relacionamento com o público.

Embora seja difícil fazer uma caracterização sistemática do que significa “fazer jornalismo público”, o experimentalismo do movimento pode ser especialmente interessante no desenvolvimento de um exame abrangente dos processos de jornalismo (STRELOW, 2010; BORGES e CORREIA, 2010).

2 Uma proposta teórica para o jornalismo público

Quando lemos sobre jornalismo cívico uma das principais críticas que lhe é dirigida reside no fato de “os seus partidários terem

dado apenas uma noção demasiado vaga e imprecisa de um movimento cujo principal objetivo era promover a participação cívica no processo democrático” (HAAS e STEINER, 2006, p. 239).

Segundo Glasser (2011):

[...] o jornalismo público desenvolveu, nas pequenas e grandes redações, uma confederação de afirmações e convenções contraditórias muitas vezes não testadas; foi intencionalmente *ad hoc* e experimental, celebrado - e condenado - como um convite aberto para reinventar a prática do jornalismo.

O elemento de controvérsia mais forte da história do jornalismo cívico diz respeito às normas de autonomia e objetividade. Como um movimento de reforma que surgiu a partir do campo jornalístico, o jornalismo cívico está vinculado às normas já existentes. No entanto, seria benéfico abordar a natureza pública do jornalismo, com o recurso a uma análise mais consistente. Assim, a nosso ver, repensar as relações entre comunicação e cidadania (as quais estão no centro da ideia de jornalismo cívico) exige um quadro teórico, baseado em três conceitos principais: sociedade civil, esfera pública e mundo da vida.

Sociedade civil pode ser definida como o chamado “terceiro setor” em termos de “envolvimento dos cidadãos”, incluindo todos os atores que participam voluntariamente no processo de decisão política. As raízes do conceito podem ser encontradas no pensamento político europeu, por exemplo, na ênfase conferida por Tocqueville às associações de voluntariado na promoção da cidadania democrática e na teoria democrática deliberativa. O núcleo central da Sociedade Civil será, conseqüentemente, uma “rede de associações que institucionalizam a solução discursiva de problemas sobre questões de interesse geral dentro do quadro de esferas públicas organizadas” (HABERMAS, 1996, p. 367).

O segundo conceito, esfera pública, é um importante quadro de referência para a compreensão do papel do jornalismo na sociedade. No estado atual da arte a concepção habermasiana da esfera pública implica uma rede de processos comunicativos, dentro e fora dos complexos parlamentares e seus órgãos deliberativos, que sustentam a existência de arenas dialógicas onde ocorre a formação da opinião democrática (HABERMAS, 1996, p. 373-374).

Esta esfera aparece como uma esfera de identificação e detecção de problemas, cuja influência deve continuar a refletir no posterior tratamento das questões que têm lugar dentro do sistema político (HABERMAS, 1996, p. 359). Por um lado, temos a atividade informal e autônoma de formação de opinião pública realizada por movimentos

de cidadãos, movimentos sociais etc. Por outro lado, temos o processo institucional e legislativo que culmina em decisões que dizem respeito ao desenvolvimento de políticas concretas e à produção legislativa.

Assim, a identificação de questões na esfera pública (direitos civis, o feminismo) geralmente executa um percurso semelhante: a) as questões são levantadas por intelectuais e ativistas sociais na periferia do sistema político, b) vão para a agenda de revistas, associações, clubes, fóruns de cidadãos, universidades, organizações profissionais etc., c) cristalizam-se no centro dos movimentos sociais e subculturas, e conhecem uma dramatização que capta a atenção dos *media*, d) atingem um público mais amplo, entrando na agenda pública e influenciando a formulação de políticas e instituições legislativas (HABERMAS, 1994, p. 460-461 *apud* GOMES, 2008, p. 104).

Finalmente, geralmente esquecido nas abordagens ao jornalismo desenvolvidas de acordo com as ideias de Habermas, o mundo da vida aparece como um conceito chave para a compreensão da imprensa regional e comunitária, por causa do papel fundamental desenvolvido na formação e transformação das identidades individuais e coletivas. Habermas (1987, p. 124) afirma que o mundo da vida é “representado por um acervo culturalmente transmitido e linguisticamente organizado de padrões interpretativos”. O mundo da vida inclui o domínio de experiências culturais e interações comunicativas que são essencialmente e inerentemente cognoscíveis e familiares. Couldry (2007), por exemplo, reitera que os públicos são chamados a organizarem-se como tais quando os problemas são reconhecidos no nível da vida quotidiana.

Onde, quando e por que surgem interesses e qual é o papel do jornalismo na superação das negociações que ocorrem ao nível pré-político em redes sociais é uma questão aberta que precisa ser abordada pela pesquisa empírica. Esses conceitos são fundamentais para entender as formas e meios pelos quais as comunidades locais se organizam. A decisão transparente e responsável e a boa governação local precisam de um forte envolvimento da sociedade civil e da existência de esferas públicas; por seu lado, o mundo da vida quotidiano funciona como uma instância através da qual o sentido de pertença e a construção de uma noção pré-política da identidade têm início. A fim de compreender a ligação entre os *media* e o mundo da vida é importante estudar o seu uso ao nível da comunidade e entender o modo como a relevância das notícias é negociada nas redes sociais de interação. Apesar da perspectiva crítica que deve acompanhar a recepção do jornalismo público, acreditamos

que é possível, especialmente em cidades pequenas e médias, servidas pela imprensa regional, a utilização de algumas das sugestões testadas por esta forma particular de jornalismo. Isso não significa defender uma transposição automática de Jornalismo Cívico - um fenômeno diverso e multifacetado, com graus variados de sucesso na sua concretização -, mas o desenvolvimento e a aplicação de algumas das suas características de acordo com alguns potenciais existentes na imprensa regional.

3 Agenda do cidadão: o desenvolvimento de um projeto português sobre o jornalismo cívico

O projeto “Agenda dos Cidadãos: o jornalismo e participação cívica nos média portugueses” surgiu com o objetivo principal de identificar, incentivar e testar práticas jornalísticas que contribuem para reforçar o compromisso dos cidadãos com a comunidade e a deliberação democrática na esfera pública regional. Este é um projeto que mobiliza recursos da Universidade da Beira Interior (UBI) e do Laboratório de Comunicação e Conteúdo Online (LABCOM), apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), desenvolvido em rede com a Associação Portuguesa de Imprensa (API) e com dois grupos que possuem alguns títulos importantes na imprensa regional: Lena Comunicação e Grupo Controlinveste. Conta ainda com a assessoria e apoio de várias Universidades, nomeadamente Stanford e Santiago de Compostela.

No estudo de caso que serve para apoiar o projeto foram incluídos nove jornais: *Grande Porto*, *Jornal da Bairrada*, *Jornal do Centro*, *Diário As Beiras*, *Ribatejo*, *Vidas Ribatejanas*, *Região de Leiria*, *Jornal do Fundão* e *O Algarve*. A seleção destes jornais foi feita de acordo com os seguintes critérios:

- a) Assegurar alguma diversidade geográfica, com os jornais do Norte, Centro, Sul, o litoral e o interior de Portugal;
- b) Garantir a presença no estudo de caso de jornais influentes ao nível da sua circulação e audiência. Assim, entre os selecionados estão publicações que ocupam as três primeiras posições nos respectivos distritos, e até mesmo alguns líderes de audiência; e
- c) Permitir acesso flexível e contato com atores chaves no estudo, incluindo jornalistas e editores, tendo em vista a existência de uma abordagem multidisciplinar e integrada, que inclui o uso de metodologias diversas, algumas das quais requerem uma coordenação exigente com *os media* de todo o país.

Este projeto começou com o estabelecimento de contato com

os *media*, seguido pela seleção de uma amostra representativa de edições de jornais, que foram submetidas à análise de conteúdo, a fim de caracterizar cada uma das publicações selecionadas da imprensa regional, na tentativa de identificar o que pode ser chamada de “agenda dos *media*”. Os resultados desta análise foram complementados com entrevistas e pesquisas em profundidade, feitas na redação de cada meio, a fim de compreender algumas das estratégias utilizadas para a seleção e recolhimento de notícias. Numa segunda fase foi realizado um estudo longitudinal de opinião, a fim de identificar as questões entendidas pelos cidadãos e leitores de jornais como questões de interesse comum.

O objetivo foi criar uma agenda ditada pelos problemas, preocupações e questões avaliadas como relevantes por parte dos cidadãos, criando o que pode ser chamado de “agenda do cidadão”. Entre o momento primeiro e o segundo deste estudo de opinião, foi desenvolvida uma fase experimental em que os jornais tentaram incluir no seu trabalho os problemas e observações feitas pelos leitores durante o primeiro estudo. Na segunda fase do estudo longitudinal tentou-se verificar a reação do público para o impacto das mudanças introduzidas pelos jornais. Foi acordado que os jornais tentariam desenvolver uma cobertura mais detalhada dada a cada um dos temas selecionados pelo público, refletindo nas escolhas na agenda as questões identificadas pelos cidadãos como as mais importantes na comunidade.

Análise de conteúdo

No que diz respeito à representação do jornal na amostra, decidiu-se também analisar seis edições de jornais semanais. Foram analisadas 54 edições resultando num total de 3.602 peças. Assim, obteve-se uma amostra representativa, com um erro amostral de 1,63% e um grau de confiança associado a 95%.

Exploramos brevemente alguns resultados mais ou menos significativos:

Na análise encontramos uma clara predominância de três áreas principais: “Economia”, com 13,3%, “Política” com 15,9% e, finalmente, um conjunto destacado de notícias relacionadas com iniciativas e eventos de fins culturais, com 19,5%. O campo cultural assume uma predominância acentuada. No entanto, tal importância é traduzida em uma forte preponderância do “jornalismo de agenda” caracterizado precisamente por informações descritivas sobre os serviços e programas oferecidos por instituições locais. Cruzando os temas com os formatos utilizados, a Cultura é representada principalmente por formatos informativos (92,4%),

incluindo notícias breves (54,6%), os quais enfatizam a percepção de que são muito dependentes de uma agenda anterior que exige o mínimo de informações (focada em questões como o quê?, quem? e quando?). Em geral, analisando os formatos jornalísticos para o tratamento dos temas privilegiados já mencionados, verificou-se a predominância de notícias informativas curtas (1.537, 48,7%), seguidas de perto por notícias mais desenvolvidas (1.460; 46,3%), mas com uma escassa representação de formatos analíticos e interpretativos.

Considerando os dados, podemos concluir que as peças analisadas enfatizam uma narrativa e estilo descritivos característicos do gênero informativo, nomeadamente de notícias curtas, em vez de uma narrativa e de um estilo analítico-interpretativo. No que diz respeito às fontes utilizadas, conclui-se ainda que os temas da “Cultura”, “Economia” e “Associações” favorecem as fontes não oficiais. Encontramos uma explicação parcial para os dados, se consideramos que o assunto que tem peças mais representadas na análise é “Cultura”, cujas fontes mais relevantes não são oficiais (no sentido de que são pessoas pertencentes a instituições e agências da esfera pública cultural que não têm ligação direta com o Estado).

Além disso, dados sobre o uso de fontes externas e internas mostram que o conteúdo das notícias dos jornais analisados teve origem em fontes de informação planejadas em vez de ser iniciativa dos próprios jornalistas. Esta estratégia pode significar uma prática jornalística menos ativa do ponto de vista da pesquisa, que contribui em grande parte para uma produção de notícias agendadas por fontes externas.

Olhando atentamente para a “Política”, parece que a diferença entre o uso de fontes oficiais (46,3%) e não oficiais (53,7%) é menor do que em outros assuntos. Pode-se encontrar explicações para estes dados na proximidade que existe entre os jornalistas regionais e as elites locais, o que é traduzido em uma agenda de contatos regulares e informações. Não é de excluir que grande parte das notícias sobre “Política” no contexto regional venha de “canais de rotina”.

As cartas de leitores não são privilegiadas, e a seção do leitor na maioria dos casos consiste apenas numa página (em muitos casos, somente uma parte da página), permitindo a publicação de uma carta, em alguns casos, duas, e nunca mais de três. Pode-se assim concluir que o espaço para a publicação de cartas de leitores é reduzido, o que suscita dúvidas quanto ao número de cartas recebidas e aos critérios utilizados para selecioná-las.

Os diretores foram questionados sobre o número de cartas recebidas e os critérios que determinam se as publicam ou não. As

respostas sugerem que o volume de cartas recebidas é maior do que o número que está sendo publicado e que os critérios de aceitação fazem referência a questões de interesse público ou à utilização de linguagem difamatória e ofensiva. A falta de cartas do leitor é, assim, resultado da ausência de questões de interesse público (ou desinteresse ou apatia do público) e, por outro, do fato de que muitas cartas recebidas poderiam ser consideradas ofensivas.

O estudo também procedeu à análise das primeiras páginas de jornais regionais, na suposição de que estas definem as principais preocupações de todas as publicações e as questões editoriais de forte impacto.

Neste sentido, a “Política” aparece como o tema que mais se destaca nas primeiras 54 páginas de relatórios analisados, presente em 80 (21%) de 382 peças com chamada na primeira página. A “Política” é seguida por “Economia” (65,17%), “Polícia e Justiça” (45,12%) e “Planejamento Urbano e Transporte” (42,11%). Numa análise mais aprofundada, é claro que, dentro do tema “Política”, são as questões relativas ao governo local que se destacam na capa de jornais, mostrando a importância das elites em publicações regionais. Estas tendências são transversais a todos os jornais.

Questionário para Jornalistas

Nesta fase do estudo, o assunto principal é o jornalista como profissional nomeadamente a fim de compreender a sua relação com os cidadãos na imprensa regional e confrontar o seu autorretrato profissional com as práticas discursivas e outras estratégias identificadas através da análise de conteúdo.

A pesquisa foi administrada através de uma ferramenta *on-line*, desenvolvida pelo LABCOM, numa população-alvo de 45 jornalistas, distribuídos de forma desigual pelos nove periódicos participantes, resultando num total de 34 questionários, o que equivale a uma taxa de resposta de 75,6%. O levantamento abrangeu todos os jornalistas dos jornais selecionados. O inquérito começou por caracterizar brevemente os jornalistas entrevistados, e depois, concentrou-se na análise da prática de captação de notícias, bem como dos respectivos critérios de seleção. Terminou-se o inquérito tentando entender qual papel é percebido pelo jornalista, a fim de posicionar-se como um promotor do debate e da participação cidadã.

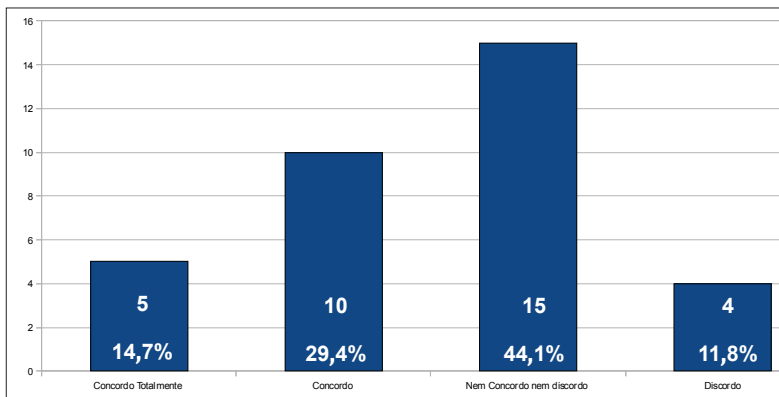
Percebeu-se que o uso da voz dos cidadãos comuns como fontes citadas nas notícias é considerado um mecanismo para dar alguma visibilidade àqueles que têm poucas oportunidades de se expressar.

Tabela 1. Usar cidadãos como fontes

Níveis de importância atribuídos	Dar voz aos que têm menos chances de se expressarem em público		Dá menos garantias de credibilidade		Adiciona pontos de vista que podem ser importantes		Não têm representatividade porque os cidadãos comuns falam em seu próprio nome	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
1	10	29,4%	4	11,8%	18	52,9%	4	11,8%
2	16	47,1%	3	8,8%	10	29,4%	7	20,6%
3	5	14,7%	7	20,6%	2	5,9%	16	47,1%
4	3	8,8%	20	58,8%	4	11,8%	7	20,6%

Quando questionados sobre a pertinência da criação de uma agenda dos cidadãos com base nas questões avaliadas pelos cidadãos como tendo prioridade alta, os jornalistas mostraram alguma indiferença a essa possibilidade, já que 44,1% dos entrevistados não concordam, nem discordam, com a criação desta agenda. No entanto, suficientemente importante, 14,7% dos entrevistados concordam fortemente com esta agenda impulsionada pelos problemas dos cidadãos, e 29,4% concordam que realmente têm de se concentrar no tratamento de uma agenda de notícias com as questões que se refletem na vida das pessoas.

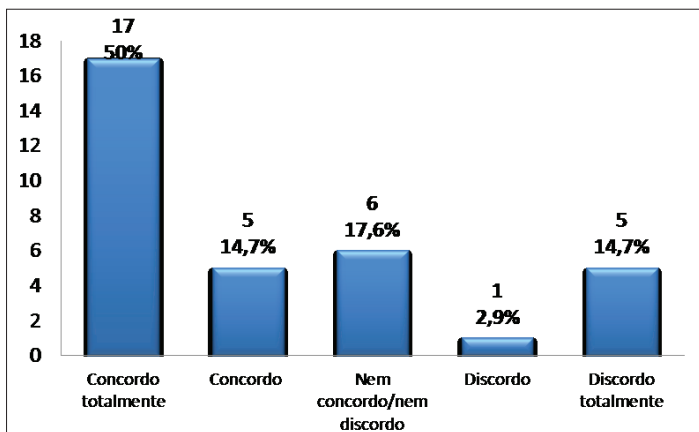
Tabela 2. Concorda com uma agenda dos cidadãos com base nas questões avaliadas como com prioridade alta pelos cidadãos?



A ideia de tentar mobilizar os cidadãos em fóruns públicos para discutir questões de prioridade é entendida pela maioria dos jornalistas como positiva para o jornal e a comunidade. Mas, se 50% dos inquiridos concordam fortemente com este princípio e 14,7% concordam, não se pode desvalorizar os 17,6% dos entrevistados que discordam (2,9%) ou discordam fortemente (14,7%) dessa prática.

O uso de fóruns, incluídos nas práticas de jornalismo cívico, é uma das estratégias mais criticadas pelos opositores desta corrente, precisamente porque consideram que essas práticas representam o desprezimento das concepções tradicionais do jornalismo, como objetividade e equilíbrio. No entanto, contra esta visão mais crítica, quase todos os jornalistas que responderam à pesquisa (91%) não consideram que essas práticas representam um afastamento da objetividade e imparcialidade.

À pergunta “Você concorda que o jornal promova fóruns abertos à sociedade civil para aumentar a busca de soluções para os problemas da comunidade”, os jornalistas responderam assim:



Questionados sobre os aspectos mais importantes para o funcionamento da democracia, os jornalistas indicam claramente a existência de cidadãos informados, que podem participar ativamente no debate público, como princípio fundamental. Isso sugere algum tipo de acordo com algumas alegações de “jornalismo público”, incluindo a exigência de que a informação não é suficiente para a democracia, sendo necessário promover o debate entre os cidadãos.

Tabela 4. Aspectos mais importantes para o funcionamento da democracia

O mais importante para a democracia funcionar é....

Níveis de importância	Que os cidadãos sejam esclarecidos			Que os cidadãos possam escolher entre diferentes propostas políticas		
	nº	%	%A	nº	%	%A
1	18	52,9%	52,9%	4	11,8%	11,8%
2	6	17,6%	70,6%	8	23,5%	35,3%
3	5	14,7%	85,3%	4	11,8%	47,1%
4	5	14,7%	100%	18	52,9%	100%

Níveis de importância	Que os cidadãos participem ativamente no debate público			Que os cidadãos possam participar ativamente no processo de decisão		
	nº	%	%A	nº	%	%A
1	7	20,6%	20,6%	8	23,5%	23,5%
2	12	35,3%	55,9%	8	23,5%	47,1%
3	11	32,4%	88,2%	9	26,5%	73,5%
4	4	11,8%	100%	9	26,5%	100%

nº = numero de peças; % = percentagem; %A = percentagem acumulada

No entanto, quando questionados sobre as funções sociais da imprensa, os jornalistas continuam a entender que as principais funções do jornalismo são defender os interesses regionais e informar o público, respostas que são parte dos tradicionais cânones do jornalismo. Já as funções que representam uma posição mais ativa nas práticas de jornalismo público (em particular, permitir uma ampla participação na tomada de decisões, para ajudar a resolver problemas e incentivar o debate público) são menos consideradas pelos jornalistas.

Tabela 5. Concepções profissionais do jornalismo regional (Percentagem acumulada dos quatro itens que tiveram pontuação maior por parte dos inquiridos)

Principais funções do jornalismo regional	%
Defender os interesses gerais da região	58,8
Informar e elucidar os cidadãos	85,3
Assegurar o pluralismo social e político	52,9
Assegurar participação nas decisões	41,2
Contribuir para resolver problemas	61,8
Promover o debate regional	44,1
Promover o debate político e ideológico	23,5
Expor problemas e vigiar a administração pública	73,5

4 Próximo passo: um laboratório de *media*

O próximo passo para o aprofundamento desta rede de pesquisa será o lançamento de um laboratório de *media* para o estudo e implementação de experiências que podem ser pontos de partida para uma discussão mais aprofundada. O lançamento desta instituição está sendo discutido com diretores e editores de meios de comunicação e a rede irá abranger mais escolas secundárias (particularmente onde existam áreas científicas vocacionadas para a comunicação), associações de estudantes e associações da sociedade civil. Os observatórios de *media* podem e devem ser pensados não apenas como uma área de controle dos *media* pelo público, mas sobretudo como um espaço de interação entre ambos.

Tais instituições devem desempenhar um papel na facilitação do acesso à informação, contribuindo para aumentar a sua qualidade e diversidade. A existência de observatórios de *media* aparece ligada à comunicação democrática, ao capacitação profissional e ao desenvolvimento de uma pedagogia crítica junto dos públicos. O seu papel será o de promover as competências que permitam aos jornalistas e ao público em geral tornarem-se mais sensíveis aos mecanismos sociais de representação muitas vezes ocultos na linguagem dos *media*, influenciando a forma como a diferença e a hierarquia são representadas dentro dos seus discursos, identificando e discutindo códigos, convenções, rotinas e constrangimentos, e, finalmente, desenvolvendo e experimentando novas práticas e plataformas de expressão e comunicação.

Assim, educação para os *media* é também uma educação que deve responder a estas perguntas: a quem servem os *media*? Qual a lógica que os move?

Seguindo sugestões de Buckingham, citado por Smith e Rothberg (*apud* CHRISTOFOLETTI e MOTTA, 2008), argumenta-se que a implementação de observatórios de imprensa regional não está mais confinada à monitorização da atividade jornalística, abrindo também espaços para aprendizagem e reflexão sobre os meios de comunicação, focando questões centrais como rotinas de produção, estratégias de discurso, e o papel atribuído à audiência. Neste sentido, nossa proposta é a criação de observatórios de imprensa regional com a participação dos *media* regionais, agentes especiais e instituições de ensino e esferas públicas dos cidadãos. Tal laboratório expandirá a rede para as Universidades de Salamanca e Santiago de Compostela numa lógica de pesquisa transdisciplinar.

Um laboratório de *media* regional terá um papel chave na análise do desempenho da *media* e incentivará o diálogo entre os leitores, pesquisadores e profissionais. Esse diálogo pode articular as práticas da crítica midiática da educação para os *media* com a noção de cidadania, elegendo a imprensa regional, as associações cívicas e as esferas públicas de cidades pequenas e de média dimensão como protagonistas privilegiadas para o desenvolvimento de espaços de cidadania em torno de projetos jornalísticos.

5 Conclusões

O percurso efetuado ao longo deste trabalho permite identificar a insuficiência de abordagens que se reduzam quer à apresentação de intenções normativas desligadas da realidade quer à pura análise

empírica despida de qualquer preocupação com a ética pública.

As abordagens meramente normativas chocam com a realidade da indústria jornalística, a qual oscila entre os imperativos comerciais, os constrangimentos organizacionais e as especificidades sociais e culturais da profissão. As abordagens meramente empíricas ignoram a relação estreita com a vida pública e reduzem o jornalismo a um conjunto de receitas práticas que respondem à necessidade de produção de uma mercadoria rentável. O jornalismo público transportou os defeitos de ambas as abordagens. Ou reduziu-se a uma série de proclamações vagas sobre a necessidade de relacionamento com os cidadãos sem ter em conta as características organizacionais e industriais do campo jornalístico; ou, ao invés, limitou-se a fazer experiências interessantes sem um enquadramento teórico adequado que permitisse a definição rigorosa de objetivos e de metodologias para os alcançar. Apesar dos conhecidos limites da abordagem efetuada por Habermas, os conceitos por ele introduzidos possuem alguma viabilidade para nos ajudar a desfazer este nó. O conceito de sociedade civil é um conceito produtivo porque permite compreender a natureza associativa da política contemporânea, isto é, a necessidade de os cidadãos não ficarem arredados do processo de deliberação e decisão. O conceito de esfera pública remete para a dimensão comunicativa da sociedade civil e para a necessidade de esta estabelecer fluxos comunicativos entre os seus membros e entre ela própria e as esferas institucionalizadas de decisão e de deliberação. O conceito de mundo da vida remete para as nossas interações cotidianas, para o nosso dia a dia onde coletivamente construímos as nossas representações coletivas da realidade, recorrendo aos materiais disponibilizados pela história, pela tradição, pela cultura e pelos *media*. A passagem das evidências cotidianas ao espírito mais crítico e mais estratégico que alimenta o espaço público é em larga medida possibilitada pelos *media*, os quais, na sua tarefa de disponibilizar informação e incentivar fóruns de debate, tornam possíveis formas mais organizadas de participação política. A elevada mediatização proporcionada pela seleção e amplificação dos temas discutidos na opinião pública atingem os processos de deliberação e decisão política institucionais.

Obviamente, o espaço público de hoje não pode ser pensado como uma esfera ideal de universalidade e participação tal como foi concebido no século XVIII. O espaço público exige uma atenção crescente à realidade complexa dos *media*, os quais não se limitam a uma espécie de missão ao serviço de um ideal de bem comum. O percurso proposto neste trabalho, nomeadamente no projeto aqui descrito, permitiu a

identificação de sinais de tensão e pontos de vista conflitantes. Neste sentido, o privilégio dado à construção de uma notícia apoiada por um estilo descritivo e narrativo em vez de um estilo analítico-interpretativo, a minimização de cartas de leitores, caminho mais fácil para os cidadãos expressarem os seus problemas e se empenharem num diálogo público, o privilégio dado a fontes externas são confrontados com as preocupações compartilhadas pelos jornalistas sobre a necessidade de estabelecer uma agenda mais pluralista, que dinamize a presença dos cidadãos como fontes de notícias. Porém, se é verdade que as práticas noticiosas e as concepções da atividade ainda estão longe dos problemas das comunidades e dos cidadãos, especialmente no que se refere ao estabelecimento de uma agenda mais plural e centrada nos cidadãos como fontes de notícias, é também verdade que jornalistas e diretores parecem estar cientes dessa lacuna e da necessidade de encontrar uma maneira de a superar.

Concluimos finalmente que este caminho exige um percurso de aprendizagem permanente em que não apenas os jornalistas, mas os próprios públicos e cidadãos, se empenhem numa tarefa quiçá jamais concluída na sua plenitude. Por isso, concebeu-se a proposta de um observatório de *medias* regionais que seja espaço de relação entre a sociedade civil (escolas, universidades, associações), o espaço público (jornais, TV e rádios regionais *on* e *off-line*, cidadãos organizados) e os poderes locais e regionais de decisão pública.

I BIBLIOGRAFIA

BRAGA, José L. A sociedade enfrenta sua mídia. In _____. **Dispositivos sociais de crítica mediática**. São Paulo: Paulus, 2006. 351p.

BORGES, Susana; CORREIA, João Carlos. News media and cultural dialogue: Journalism and representation of “strangeness” - Comunicação Apresentada na Seção de Jornalismo da 3ª Conferência Europeia de Comunicação em Hamburgo. 12 a 16 out. 2010, organizada pela European Communication Research and Education Association (ECREA). 20 p. Trabalho não publicado.

COULDRY, Nick. Communicative Entitlements and Democracy: The Future of the Digital Divide Debate. In MANSELL, R. *et al.* (eds.). **The Oxford Handbook on Information and Communication Technologies**. S.l.: Oxford University Press, 2007. p. 383-403.

DAHLBERG, Lincoln. The internet and democratic discourse: Exploring the prospects of online deliberative forums extending the public sphere. **Information, Communication & Society**, 4(4), p. 615-33, 2001.

DAHLGREN, Peter & SPARKS, Colin. **Communication and Citizenship**. London: Routledge, 1991. 256p.

CHRISTISAN, Clifford G.; GLASSER, Theodor L.; McQAIL, Dennis; NODENSTRENG, Kaarl; WHITE, Robert. A. **Normative Theories of the Media: Journalism in Democratic Societies**. Urbana: University of Illinois Press, 2009. 296p.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz G. **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Editora Paulus, 2008. 230p.

DEWEY, John. **The public and its problems**. Athens: Swallow, 1991. 236p.

FRIEDLAND, Lewis A.; NICHOLS, Sandy. **Measuring Civic Journalism's Progress: A Report Across a Decade of Activity**. Washington, DC: Pew Center for Civic Journalism, 2002. 71p.

GLASSER, Theodor L. (ed.). **The Idea of Public Journalism**. New York: The Guilford Press, 1999. 229p.

_____. **Journalism and Public Sphere**. Conference presented at 19 May 2011 in International Conference Public Sphere Reconsidered, University of Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2011. 4p. Trabalho não publicado.

GOMES, Wilson. **Comunicação e Democracia** [Communication and Democracy]. São Paulo: Paulus, 2008. 451p.

HAAS, Tanni. **The Pursuit of Public Journalism**. Theory, Practice and Criticism. London, New York: Routledge, 2007. 208p.

HASS Tanni; STEINER, Linda. Public journalism: a reply to critics. **Journalism**, vol. 7 n. 2, p. 238-254, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **Between facts and norms**. Cambridge: MIT Press, 1996. 631p.

MOTTA, Luís Gonzaga. A Crítica da mídia: da resistência ao desenvolvimento humano. In CHRISTOFOLETTI, Rogério e MOTTA, Luiz Gonzaga (orgs.). **Observatórios de mídia: olhares da cidadania**. São Paulo: Editora Paulus, 2008. p. 19-37.

PROJECTO AGENDA DO CIDADÃO (João Carlos Correia, José Ricardo Carvalheiro, Patrício Costa, João Carlos Sousa, Ricardo Moraes *et al.*). Relatório de inquérito aos Jornalistas, Covilhã, UBI, 2010. Trabalho não publicado.

SCHUDSON, Michael. The Public Journalism Movement and Its Problems. In GRABER, Doris; MCQUAIL, Dennis; NORRIS, Pippa (eds.). **The Politics of News, The News of Politics**. Washington: Congressional Quarter Press. 1998. p. 132-149.

STRELOW, Aline. **Análise Global de Processos Jornalísticos: Uma Poposta Metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRGS, 2010. 77p.

João Carlos Ferreira Correia é Doutor e Agregado em Ciências da Comunicação pela UBI. Leciona disciplinas associadas à relação entre *media* e cidadania, coordenando projetos de pesquisa nesta área suportados pela FCT. É Presidente do GT de Comunicação Política da SOPCOM. É membro do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Letras da UBI. É autor de diversos livros nas suas áreas de pesquisa. É investigador responsável do projeto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media Portugueses” no LabCom. E-mail: jcorreia@ubi.pt

José Ricardo Pinto Carvalheiro é Doutor em Ciências da Comunicação pela UBI. Escreveu artigos sobre identidades e emigração, destacando-se o livro *Do Bidonville ao Arrastão: Media, Minorias e Etnicização*. É investigador de projetos financiados pela FCT; Diretor de Curso de Ciências da Comunicação (1º ciclo) na UBI; membro do Conselho Científico da Faculdade de Artes e Letras da UBI. E-mail: jr.carvalheiro@gmail.com

João Manuel Messias Canavilhas é licenciado em Comunicação Social pela UBI e doutorado pela Universidade de Salamanca, é professor na Universidade da Beira Interior. Para além da atividade docente, é diretor do URBI, o primeiro jornal *on-line* universitário em Portugal, coordenador dos canais de rádio e televisão da UBI e investigador no Labcom – Laboratório de Comunicação e Conteúdos On-Line. O seu trabalho de investigação centra-se em vários aspectos das novas tecnologias da comunicação, nomeadamente na sua relação com o jornalismo e a política. E-mail: jc@ubi.pt

Ricardo José Pinheiro Morais é investigador de Doutoramento em Ciências da Comunicação na UBI, onde realizou a Licenciatura e o Mestrado. Desenvolve a sua investigação na análise a diferentes dimensões das oportunidades de participação oferecidas aos cidadãos pelos novos media. É Bolseiro de Investigação do projeto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media Portugueses” no LabCom. E-mail: rm.ricardomorais@gmail.com

João Carlos Sousa é Licenciado em Sociologia pela Universidade da Beira Interior. É Bolseiro de Investigação do projeto “Agenda dos Cidadãos: jornalismo e participação cívica nos media Portugueses” no LabCom. E-mail: joaocl_sousa@hotmail.com